

**GOVERNANÇA DA ÁGUA EM JUAZEIRO - BA: O PESO DA BUROCRACIA SOB
AS LENTES DA DOMINAÇÃO E DO SISTEMA POLÍTICO**

**WATER GOVERNANCE IN JUAZEIRO - BA: THE WEIGHT OF BUREAUCRACY
UNDER THE LENS OF DOMINATION AND THE POLITICAL SYSTEM**

Autor: Anna Eulília Gomes Calaça de Brito

Filiação: Universidade Federal do Vale do São Francisco - UNIVASF

E-mail: anna.eulilia@gmail.com

Autor: Márcio Felipe Bastos Coelho

Filiação: Universidade Federal do Vale do São Francisco - UNIVASF

E-mail: marciofcoelho88@gmail.com

Autor: Natália Gomes de Carvalho Freitas

Filiação: Universidade Federal do Vale do São Francisco - UNIVASF

E-mail: nataliagomescarvalho@gmail.com

Autor: Sebastiana Soares de Andrade

Filiação: Universidade Federal do Vale do São Francisco - UNIVASF

E-mail: sebastianasoaresdeandrade@gmail.com

**GOVERNANÇA DA ÁGUA EM JUAZEIRO - BA: O PESO DA BUROCRACIA SOB
AS LENTES DA DOMINAÇÃO E DO SISTEMA POLÍTICO WATER****GOVERNANCE IN JUAZEIRO - BA: THE WEIGHT OF BUREAUCRACY UNDER
THE LENS OF DOMINATION AND THE POLITICAL SYSTEM****Resumo**

O presente estudo examina os desafios da governança da água no município de Juazeiro, Bahia, com foco na limitação da gestão participativa diante da escassez hídrica no Semiárido. A pesquisa, de abordagem qualitativa e natureza exploratória, adota o método de Estudo de Caso e fundamenta-se na Teoria da Burocracia e nas metáforas organizacionais de Gareth Morgan: a Organização como Instrumento de Dominação e a Organização como Sistema Político. A análise documental e as entrevistas realizadas com gestores e representantes comunitários revelaram que a inflexibilidade burocrática e a concentração de poder dificultam a efetividade das políticas públicas, restringindo a participação social. Os resultados evidenciam que a burocracia, ao invés de garantir racionalidade e transparência, é frequentemente utilizada para manter estruturas de dominação e perpetuar desigualdades no acesso à água. Conclui-se que o problema da governança hídrica em Juazeiro é essencialmente político e demanda a transformação das estruturas administrativas que sustentam a desigualdade no uso e na gestão dos recursos hídricos.

Palavras-chave: Justiça hídrica; Semiárido brasileiro; Gestão participativa; Políticas públicas; Gareth Morgan.

Abstract

The present study examines the challenges of water governance in the municipality of Juazeiro, Bahia, focusing on the limitations of participatory management in the face of water scarcity in the Brazilian Semi-Arid region. The research adopts a qualitative and exploratory approach, using the Case Study method and drawing on Bureaucracy Theory and Gareth Morgan's organizational metaphors: the Organization as an Instrument of Domination and the Organization as a Political System. Documentary analysis and interviews with managers and community representatives revealed that bureaucratic inflexibility and power concentration hinder the effectiveness of public policies, restricting social participation. The results show that bureaucracy, instead of ensuring rationality and transparency, is often used to maintain structures of domination and perpetuate inequalities in access to water. It is concluded that the problem of water governance in Juazeiro is essentially political and requires the transformation of administrative structures that sustain inequality in the use and management of water resources.

Key words: *Water justice; Brazilian semi-arid region; Participatory management; Public policies; Gareth Morgan.*

1. INTRODUÇÃO

No semiárido da Bahia, a cidade de Juazeiro enfrenta um cenário de escassez hídrica estrutural e desigualdades sociais que colocam à prova a efetividade das políticas públicas voltadas à gestão da água. Em uma região onde o acesso ao recurso define não apenas a sobrevivência, mas também o poder político e econômico, a governança da água emerge como um campo de tensões, marcado por fragmentações institucionais e pela persistência de práticas burocráticas rígidas. Apesar da Lei nº 9.433/1997, que institui a Política Nacional de Recursos Hídricos, defender que a gestão da água deve ser feita com a participação da população e de forma descentralizada, a situação local revela que essas ideias ainda se confrontam com entraves estruturais e culturais profundamente enraizados (Brasil, 1997).

A falta de água em Juazeiro Bahia tem suas raízes em problemas sociais antigos, que sempre deram mais importância aos grandes negócios agrícolas em detrimento das comunidades locais. “Essa diferença de tratamento não acontece só por causa do clima, mas como resultado de uma interseção complexa entre viabilidade econômica, justiça social e sustentabilidade ambiental”, como argumentam Rossi e Santos (2018, p. 157).

A ideia de gestão participativa muitas vezes esbarra numa realidade administrativa marcada por processos inflexíveis, centralização das decisões e pouca participação das populações mais desfavorecidas. Essa divergência entre a teoria da governança e sua execução prática é o principal foco desta pesquisa, que visa entender a influência da burocracia na gestão da água e como as dinâmicas de poder afetam as escolhas e mantêm as disparidades no acesso a esse recurso. Desta forma, o estudo apresenta uma análise crítica do sistema de gestão da água na região, utilizando a Teoria da Burocracia de Max Weber e as metáforas organizacionais de Gareth Morgan, que veem as organizações como ferramentas de dominação e como sistemas políticos.

No cenário da gestão pública atual, a burocracia weberiana, originalmente pensada para otimizar a eficiência e a imparcialidade sob uma lógica racional e legal, desempenha uma função indefinida. Se, por um lado, ela oferece firmeza e constância, por outro, pode consolidar as hierarquias e limitar tanto a renovação quanto o envolvimento da sociedade. Em áreas intrincadas como o semiárido, onde a administração da água demanda adaptabilidade e interação entre diversos participantes, essa inflexibilidade institucional pode virar uma barreira à democratização da gestão. Assim, a burocracia deixa de ser

meramente uma ferramenta administrativa e passa a ser um meio de preservar o poder, onde escolhas técnicas são empregadas para legitimar disparidades e apaziguar tensões sociais.

Para aprofundar essa análise, a metáfora da Organização como Instrumento de Dominação permite compreender como as estruturas burocráticas, em vez de assegurar racionalidade e equidade, frequentemente geram disfunções que perpetuam desigualdades e inviabilizam a participação social efetiva. Como já apontava Merton (1940), a burocracia tende à rigidez normativa, ao excesso de formalismo e à priorização dos meios em detrimento dos fins, transformando procedimentos em barreiras ao alcance dos objetivos coletivos. Essas disfunções tornam-se ainda mais evidentes na gestão dos recursos hídricos, quando os processos administrativos, a linguagem técnica e a centralização das decisões acabam favorecendo certos grupos sociais e econômicos, consolidando privilégios históricos na apropriação da água.

Já a metáfora da Organização como Sistema Político evidencia a gestão da água como um espaço de negociação e disputa, no qual diferentes interesses (estatais, privados e comunitários) lutam pela legitimidade das decisões e pela manutenção de sua influência. Assim, as disfunções burocráticas e as dinâmicas políticas se entrelaçam, revelando que a ineficiência administrativa está intimamente ligada às relações de poder que estruturam a governança hídrica. Sob essas perspectivas, a governança hídrica em Juazeiro não se apresenta apenas como uma questão técnica ou administrativa, mas como um processo político, marcado por desigualdade de poder e pela luta por reconhecimento e justiça hídrica. A relevância deste trabalho está em evidenciar que os desafios da governança da água em Juazeiro transcendem a esfera técnica, configurando-se como um problema essencialmente político e organizacional. Compreender essas dinâmicas é fundamental para repensar as políticas públicas de recursos hídricos no semiárido e propor caminhos que harmonizem eficiência administrativa, equidade social e sustentabilidade ambiental. Diante desse contexto, o objetivo geral deste estudo é discutir os entraves na governança dos recursos hídricos em Juazeiro-BA, buscando entender de que forma a organização burocrática e as relações de influência restringem o bom funcionamento da gestão participativa.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Governança da água e Gestão Participativa no Semiárido

A governança da água pode ser entendida como o conjunto de regras, instituições e relações entre diferentes atores, públicos, privados e comunitários, que definem como a água é gerida, distribuída e protegida. Mais do que uma dimensão técnica, trata-se de um processo social e político que envolve negociações, conflitos e acordos em torno de um bem comum essencial à vida (Nicollier; Kiperstok; Bernardes, 2023). A Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE) destaca que uma boa governança hídrica depende da coordenação entre níveis de governo, da participação social, da transparência e da responsabilização dos envolvidos (OCDE, 2015).

No Brasil, a criação da Política Nacional de Recursos Hídricos, a partir da Lei n.º 9.433/1997, estabeleceu o marco normativo que reconhece a água como bem de domínio público. Além disso, instituiu o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos (SINGREH), que prevê instrumentos para descentralizar as decisões e garantir a presença da sociedade civil por meio dos Comitês de Bacia Hidrográfica, espaços que pretendem integrar o conhecimento técnico à experiência dos usuários e comunidades locais. Embora esse modelo represente um avanço institucional importante, na prática, ele enfrenta limitações de representatividade, de recursos e de autonomia, o que frequentemente fragiliza o ideal de gestão participativa (Brasil, 1997; Jacobi, 2008).

Nesse sentido, a efetividade da governança depende tanto das estruturas institucionais, como leis, planos e instrumentos de gestão, quanto das relações sociais e de poder que definem quais atores realmente participam e tomam as decisões (Araújo; Teixeira, 2022). Da mesma forma, Wilson et al. (2019) oferecem uma análise crítica da governança da água, enfatizando que sua efetividade depende menos da existência de regras formais e mais da compreensão das relações de poder, dos contextos políticos e das dinâmicas sociais que moldam a tomada de decisão. Sob essa perspectiva, a governança é vista como um campo de disputas e negociações, no qual diferentes atores buscam legitimar suas vozes e influências. Essa abordagem é especialmente significativa no contexto do Semiárido, onde a escassez hídrica torna a água um recurso estratégico e, muitas vezes, desigual.

Pesquisas realizadas na região indicam que, apesar dos avanços legais, a tomada de decisão ainda é dominada por estruturas técnicas e hierárquicas, o que limita a voz das comunidades (Silva; Leite; Sousa, 2023; Rocha; Khoury; Damasceno, 2018). A gestão participativa, nesses contextos, na maioria das vezes se resume a espaços consultivos, sem real poder deliberativo.

Nesse cenário, a governança da água no Semiárido brasileiro revela um cenário

complexo, em que os avanços normativos e institucionais convivem com desafios persistentes de inclusão, representatividade e efetividade. Embora os princípios da gestão participativa estejam formalmente incorporados às políticas públicas, sua aplicação prática ainda se mostra limitada diante de estruturas centralizadas e assimetrias de poder. Assim, discutir a governança hídrica no Semiárido é, em última instância, refletir sobre quem tem voz e influência na gestão de um recurso vital. Para isso, é fundamental desenvolver processos democráticos que ampliem a participação social e garantam justiça hídrica em territórios marcados por vulnerabilidade e desigualdade.

2.2 Burocracia e Estruturas Organizacionais na Gestão Pública

A burocracia, conforme definida por Max Weber, representa um modelo ideal de organização formal orientado pela racionalidade e pela previsibilidade administrativa, no qual a autoridade é legitimada por normas e instituições formais, substituindo a influência pessoal ou paternalismo por uma hierarquia baseada na legalidade. Tal estrutura busca garantir impessoalidade, estabilidade e uniformidade nas ações, promovendo uma administração voltada à eficiência e ao interesse coletivo (Ota; Secchi; Michels, 2023).

Essa eficiência decorre da alocação racional de recursos e da especialização técnica dos servidores, que asseguram padronização e continuidade nos processos administrativos. A burocracia, portanto, vai além de um conjunto de regras: constitui um instrumento de racionalização e controle que busca harmonizar autoridade e técnica, sustentando-se na impessoalidade e no conhecimento especializado como pilares de uma gestão pública eficaz (Ota; Secchi; Michels, 2023).

Segundo Ota, Secchi e Michels (2023), apesar da burocracia weberiana ter como objetivo a máxima eficiência, historicamente apresenta uma série de ineficiências. Entre as disfunções podemos citar o ritualismo dos agentes, que aderem estritamente às normas como um fim em si, a excessiva centralização e a natureza mecanicista da organização que limitam a capacidade de tomada de decisões e dificultam a adaptação necessária aos contextos dinâmicos. Conferindo desse modo à burocracia uma conotação negativa associada ao excesso de formalismo e à ineficiência.

No contexto da gestão pública, o modelo burocrático werberiano caminha em sentido oposto ao preconizado pela Constituição Federal de 1988, que inseriu a descentralização e a participação popular na agenda política da governança da água. A estrutura formal da

burocracia, ao instituir linhas rígidas de hierarquia, competências bem definidas e procedimentos padronizados, pode entrar em conflito com os princípios da governança pública participativa na gestão dos recursos hídricos (Bianchini; Rocha; 2021).

Além disso, a integração entre diferentes níveis de governo e a necessidade de articulação de múltiplos atores exigem flexibilidade e diálogo, aspectos que frequentemente são limitados pela burocracia que favorece a impessoalidade e a aderência a processos técnicos rígidos. (Fadul; Vitoria; Cerqueira; 2022).

2.3 Metáforas Organizacionais: Dominação e Sistema Político na Governança da Água

Em sua obra, *Imagens da Organização* (1996), Gareth Morgan sugere que o emprego de metáforas constitui uma forma de examinar e interpretar a complexa natureza das organizações. As metáforas, enquanto modos de observar e raciocinar, moldam nosso entendimento e ampliam as possibilidades de análise, permitindo diferentes interpretações sobre um mesmo fenômeno organizacional.

Entre as diversas metáforas apresentadas por Morgan, destacam-se as da Dominação e do Sistema Político, essenciais para uma leitura crítica das relações organizacionais. Elas revelam as dinâmicas de poder, conflito e controle que coexistem com os ideais de harmonia e eficiência geralmente associados às instituições.

Nesse sentido, a metáfora da Organização como Instrumento de Dominação evidencia o lado mais sombrio das estruturas organizacionais, ao mostrar que muitas delas são projetadas e utilizadas para impor o domínio de alguns indivíduos e se apropriar dos recursos de outros. Sob essa perspectiva, Morgan (1996) propõe compreender a organização como uma ferramenta de dominação, na qual se manifesta o poder concentrado de uma minoria dominante sobre o restante da sociedade. Já a metáfora da Organização como Sistema Político enxerga as organizações como palco de conflitos e disputas, onde as escolhas são influenciadas não pela racionalidade técnica, mas por estratégias de jogos de poder, parcerias e acordos (Morgan, 1996).

Nesse contexto, a aplicação das metáforas de Morgan (1996) como a Dominação e Sistema Político à realidade de Juazeiro permite desvelar as dinâmicas de poder que moldam a gestão da água, confrontando o ideal da governança participativa com a realidade dos conflitos e desigualdades estruturais.

Ao longo do tempo, as políticas públicas de governança da água têm favorecido o

agronegócio irrigado e os interesses de fora, em vez de priorizar as comunidades da região e à agricultura familiar, que depende da chuva e de políticas assistencialistas. Essa falta de equilíbrio resulta em uma situação onde a água é distribuída de forma injusta, mostrando como a vontade de um grupo seletivo (o setor mais forte, frequentemente ligado a capital externo) se sobrepõe às necessidades dos outros (comunidades do campo e pessoas em situação de fragilidade), revelando a forma mais cruel de dominação dentro de uma organização.

A insuficiência e a fragmentação das políticas públicas e da infraestrutura hídrica local transformam o aparato burocrático (o modelo focado na profissionalização e formalismo) em um mecanismo que legitima e perpetua a dependência. Essa dependência se manifesta na relação com ações emergenciais (como a Operação Carro-Pipa), limitando o acesso efetivo a políticas estruturantes e sustentáveis. A burocracia, nesse contexto, atua como uma ferramenta para manter a dominação, ao invés de ser um instrumento de eficiência e equidade.

Apesar de ser crucial para impulsionar a independência e a justiça, a implementação da gestão compartilhada em Juazeiro depara-se com obstáculos e dificuldades de ordem estrutural, política e cultural. A avaliação através das metáforas de Morgan revela que a gestão compartilhada em seu estágio inicial não se resume a uma deficiência técnica, mas sim a um resultado direto das dinâmicas de poder: os grupos que detêm o controle no sistema político almejam restringir a partilha de poder e a intervenção da população, visto que tal cenário colocaria em risco sua influência e hegemonia. Assim, a participação popular é, com frequência, manipulada ou desprovida de sua verdadeira capacidade de decisão, com o propósito de preservar as decisões essenciais, que beneficiam os interesses externos e dominantes, sem que sofram modificações.

3. METODOLOGIA

A presente pesquisa adotou a metodologia de Estudo de Caso (Yin, 2015), empregando uma perspectiva qualitativa, de natureza exploratória e descritiva, com ênfase nas políticas de gerenciamento hídrico da cidade de Juazeiro, Bahia. O propósito do estudo consistiu em descrever as práticas de gestão hídrica e examinar as barreiras e dinâmicas institucionais sob a ótica da Teoria da Burocracia e das metáforas organizacionais de

Dominação e Sistema Político, propostas por Gareth Morgan (1996). Assim, o estudo foi estruturado em duas etapas complementares:

a) Leitura diagnóstica: voltada à identificação dos principais problemas, tendências e dinâmicas organizacionais que caracterizam a gestão da água em Juazeiro;

b) Análise crítica: aplicação das metáforas organizacionais de Morgan para interpretar o funcionamento e entraves da governança hídrica local.

A coleta de dados ocorreu em três fases interdependentes, de modo a garantir a triangulação e maior confiabilidade dos resultados:

- **Revisão da literatura:** etapa inicial (agosto–setembro/2025) destinada à construção do quadro analítico, com consulta a bases de dados (SciELO, Periódicos CAPES) e a documentos institucionais sobre semiárido, gestão participativa e governança;
- **Análise documental:** consistiu na examinação de relatórios, planos e legislações da Agência de Desenvolvimento Regional (ADR), buscando identificar o arcabouço formal e os instrumentos normativos da política de gestão hídrica;
- **Entrevistas semiestruturadas:** realizadas com gestores e técnicos da Agência de Desenvolvimento Rural e da Defesa Civil de Juazeiro - BA, além de quatro representantes de comunidades rurais do município, identificados por nomes fictícios (Goiabeira - morador da comunidade Goiabeira; Passagem do Sargento - morador da comunidade Passagem do Sargento e Maniçoba 2 - morador da comunidade Maniçoba 2), a fim de compreender percepções sobre a efetividade e os obstáculos enfrentados na implementação das políticas de governança da água nessas localidades. Todos os participantes assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE).

4. RESULTADOS E DISCUSSÕES

4.1 Leitura Diagnóstica

A análise da gestão de recursos hídricos em Juazeiro-BA evidencia uma administração pública marcada por ineficiência, incapaz de incorporar o conhecimento das comunidades locais ou de se adaptar às necessidades específicas de gerenciamento. A rigidez normativa e a centralização das decisões tornam a participação demorada e pouco efetiva, desestimulando moradores e movimentos sociais. Os dados documentais e as

entrevistas com gestores e representantes comunitários revelam que, embora o arcabouço normativo preveja a descentralização e a participação popular, a execução prática permanece limitada. Procedimentos administrativos rígidos, linguagem técnica complexa e reuniões em horários e locais de difícil acesso funcionam como barreiras, mantendo o controle sobre os recursos hídricos nas mãos de grupos historicamente privilegiados. A integração dos dados operacionais mais recentes fornecidos pela Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil (COMPDEC) permite contextualizar a análise organizacional com a execução prática das políticas hídricas emergenciais em Juazeiro-BA. Um exemplo é a Operação Carro Pipa (OCP), que atende 25.911 pessoas em mais de 200 localidades rurais, garantindo 20 litros de água potável por pessoa/dia. Nesse sentido, apesar da relevância social e da eficiência técnica do programa, a necessidade de manutenção contínua do serviço evidencia uma contradição estrutural: a burocracia formalista atende aos padrões técnicos, mas não transforma a distribuição desigual da água, mantendo a dependência das comunidades mais vulneráveis e preservando as desigualdades estruturais.

4.2 Análise Crítica

Aplicando as metáforas organizacionais de Morgan (1996), a gestão hídrica em Juazeiro-BA pode ser interpretada sob duas perspectivas complementares:

a) Organização como Instrumento de Dominação

A burocracia, idealmente concebida para garantir eficiência e imparcialidade, revela-se um mecanismo que perpetua desigualdades e consolida privilégios históricos. Como já apontava Merton (1940), a rigidez normativa, o excesso de formalismo e a priorização dos meios em detrimento dos fins transformam procedimentos em barreiras que dificultam a participação social efetiva.

Essas disfunções se tornam ainda mais evidentes na gestão da água, quando processos administrativos, linguagem técnica e centralização das decisões favorecem determinados grupos sociais e econômicos, consolidando privilégios históricos. A burocracia, portanto, não é apenas um instrumento técnico, mas um mecanismo de manutenção do status quo no controle do recurso hídrico.

A integração dos dados da Operação Carro Pipa permite contextualizar essa análise com a execução prática das políticas emergenciais. Apesar da eficiência técnica e da

cobertura social do programa, a continuidade do serviço evidencia uma contradição estrutural: a burocracia formalista atende aos padrões técnicos, mas não transforma a distribuição desigual da água, mantendo a dependência das comunidades mais vulneráveis e preservando privilégios históricos.

b) Organização como Sistema Político

A governança da água em Juazeiro configura-se como um palco político, onde a busca por uma gestão participativa, marcada pela autonomia local e pelo diálogo entre os diversos atores sociais, é constantemente confrontada por conflitos de interesse. Espaços formais de participação, que deveriam ser arenas de debate democrático, funcionam frequentemente como palcos de negociação de interesses. A metáfora da Organização como Sistema Político evidencia que decisões sobre o recurso hídrico não dependem apenas de normas técnicas, mas também de alianças, negociações e estratégias de poder que determinam quem efetivamente participa e influencia a gestão.

Os resultados mostram que atores com maior influência, detentores de autoridade, informação e recursos, articulam alianças para aprovar decisões que beneficiam apenas uma parcela privilegiada da população. Como consequência, a gestão participativa, embora formalmente prevista, muitas vezes se resume a um espaço consultivo sem poder deliberativo real. A dificuldade em promover justiça hídrica não decorre da ausência de leis ou espaços de discussão, mas da atuação do poder político para impedir mudanças na distribuição desigual dos recursos.

Assim, a governança hídrica em Juazeiro-BA deve ser compreendida não apenas como um processo técnico ou administrativo, mas como um campo político, marcado por assimetrias de poder, disputas de influência e desafios à participação social efetiva.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A gestão da água no município de Juazeiro - BA enfrenta desafios profundos, tanto em sua estrutura quanto na esfera política. Embora a Teoria da Burocracia ajude a entender a lentidão e inflexibilidade do sistema, as ideias de Morgan lançam luz sobre o jogo de poder central. A visão da Organização como ferramenta de controle mostra que a burocracia não é falha, mas sim um meio de manter o domínio sobre a água. Já a metáfora do Sistema

Político revela a gestão da água como palco de disputas, onde a influência de grupos poderosos diminui o espaço para participação.

Para que a gestão da água em Juazeiro avance para um modelo mais justo e eficiente, é fundamental que as ações do governo combatam as estruturas de controle e transformem o Sistema Político. Isso requer não só avanço técnico, mas também simplificar a participação e dar mais força aos grupos sociais mais frágeis.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARAÚJO, L. S.; TEIXEIRA, A. C. O. PARTICIPAÇÃO SOCIAL NA GOVERNANÇA HÍDRICA DO DISTRITO FEDERAL. **Caminhos de Geografia**, Uberlândia, v. 23, n. 88, p. 235–252, 2022. Disponível em: <https://abre.ai/nUo9>. Acesso em: 15 out. 2025.

BIANCHINI, G. C.; ROCHA, M. I. C. A participação democrática na gestão dos recursos hídricos no Brasil. **Revista de Iniciação Científica e Extensão da Faculdade de Direito de Franca**, Franca, v. 5, n. 1, 2021. Disponível em: <https://abre.ai/nUpw>. Acesso em: 20 out. 2025.

BRASIL. Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997. Institui a Política Nacional de Recursos Hídricos, cria o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos, regulamenta o inciso XIX do art. 21 da Constituição Federal, e altera o art. 1º da Lei nº 8.001, de 13 de março de 1990, que modificou a Lei nº 7.990, de 28 de dezembro de 1989. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 9 jan. 1997. Disponível em: <https://abre.ai/nUcT>. Acesso em: 12 out. 2025.

CAMPELO, G. S. B. Administração pública no Brasil: ciclos entre patrimonialismo, burocracia e gerencialismo, uma simbiose de modelos. **Ciência & Trópico**, v. 34, n. 2, 2013.

FADUL, E.; VITÓRIA, F. T.; CERQUEIRA, L. S. A GOVERNANÇA PARTICIPATIVA NA GESTÃO DE RECURSOS HÍDRICOS NO BRASIL: UMA ANÁLISE DA REALIDADE DO ESTADO DA BAHIA. SINERGIA. **Revista do Instituto de Ciências Econômicas, Administrativas e Contábeis**, [S. l.], v. 21, n. 1, p. 79–90, 2017. Disponível em: <https://abre.ai/nUcU>. Acesso em: 20 out. 2025.

JACOBI, P. R. Governança da água e aprendizagem social no Brasil. **Sociedad Hoy**, n. 15, p. 25-44, 2008.

MERTON, R. K. Bureaucratic Structure and Personality. **Social Forces**, v. 18, n. 4, p. 560–568, 1940. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/2570634>. Acesso em: 22 out. 2025.

MORGAN, G. **Imagens da Organização**. São Paulo: Atlas, 1996.

NICOLLIER, V.; KIPERSTOK, A.; BERNARDES, M. E. C. A governança das águas no Brasil: qual o papel dos municípios?. **Estudos Avançados**, v. 37, n. 109, p. 279-302, 2023. Disponível em: <https://abre.ai/nUpd>. Acesso em: 12 out. 2025.

OTA, R. K.; SECCHI, L.; MICHELS, G. W. Disfunções burocráticas no contencioso administrativo fiscal federal: alternativas para o aprimoramento da solução de litígios. **Revista do Serviço Público**, [S. l.], v. 74, n. 4, p. 758 - 777, 2023. Disponível em: <https://abre.ai/nUpq>. Acesso em: 20 out. 2025.

ROCHA, J. C. S.; KHOURY, L. E. C.; DAMASCENO, A. P. D. Direito das águas - Trajetória legal, conflitos e participação social. **Revista de Direito Sanitário**, v. 18, n. 3, p. 143-166, 2018. Disponível em: <https://abre.ai/nUo3>. Acesso em: 18 out. 2025.

ROSSI, R. A.; SANTOS, E. Conflito e regulação das águas no Brasil: a experiência do Salitre. **Cadernos CRH**, Salvador, v. 31, n. 82, p. 151-167, jan./abr. 2018. Disponível em: <https://abre.ai/nUeb>. Acesso em 17 de out. 2025.

SILVA, J. I. A. O.; LEITE, A. F.; SOUSA, C. M. Apropriação social da água nas comunidades rurais do semiárido: os desafios da governança. **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**, v. 19, n. 2, 2023. Disponível em: <https://abre.ai/nUoU>. Acesso em: 18 out. 2025.

TUNDISI, J. G.; TUNDISI, T. M. **Recursos hídricos no século XXI: gestão, governança e sustentabilidade**. 2. ed. São Paulo: Oficina de Textos, 2020.

WEBER, M. **Economia e Sociedade: Fundamentos da Sociologia Compreensiva**. Brasília, DF: Editora da Universidade de Brasília, 1999.

WILSON, N. J.; HARRIS, L. M.; NELSON, J.; SHAH, S. H. Re-Theorizing Politics in Water Governance. **Water**, v. 11, n. 7, art. 1470, 16 jul. 2019. Disponível em: <https://abre.ai/nUpk>. Acesso em: 12 out. 2025.